

QUEM ESPERA POR SAPATOS DE DEFUNTO MORRE DESCALÇO

Compoto à Junta do Direito fazer o ponto da actual situação académica, preparando, de modo, e na medida do possível, o estudo dos problemas que, muito em breve serão vados à Assembleia Magna. Primeiro passo a dar: tentar uma breve análise de algumas questões que agora assumem verdadeira e particular importância.

Desde logo cumpre equacionar dois problemas que têm sido largamente aflorados na imprensa diária e nas declarações dos responsáveis da educação: reforma e participação.

Que, desde há muito, os estudantes reclamam uma verdadeira reforma do ensino é ponto de tal modo conhecido que a Junta não entende ser necessária uma análise do problema. Será no entanto, útil alertar, mais uma vez, os estudantes para o uso das palavras que certas circunstâncias podem ter. Que reforma nos pretendem "oferecer"? Que reforma queremos nós? Parece óbvio que ninguém se dispõe, entre nós, a servir de cúmplice de uma reestruturação do ensino em moldes tecnocráticos que, afinal, apenas adaptam as instituições às necessidades duma economia que continua (e continuará má) ao serviço dos grupos que provocaram a crise académica de que transitamos.

Para que se não suscitem dúvidas acerca da nossa posição sobre este problema, bom é que se reafirme que, para nós, estudantes, a reforma tem de servir um processo de democratização do ensino, mediante o qual possam, alcançar a Universidade todos aqueles de quem nos espera.

Para que a reforma do ensino sirva de facto os interesses dum Povo, perante o qual não queremos, nem podemos (sem pena de irremediavelmente nos traíremos) deixar de assumir a responsabilidade do actual momento histórico nos impõe, sempre exigimos que nos reuniamos em todas as instâncias onde se decide da vida da Universidade. Participar ora (e já), pois, para nós, uma condição indispensável para a efectivação de uma verdadeira reforma.

É neste contexto que deve ser estudado o convite que, por intermédio do H.R., foi dirigido às estruturas do curso das diversas faculdades, no sentido de participarmos numa conversa informal sobre estes problemas relacionados com a reforma do ensino. Depois de ter estudado cuidadosamente o problema a Junta de Delegados do Direito convocou uma Assembleia Geral (26.2.70.) para sobre ele se pronunciar. Após uma exaustiva discussão das vantagens e inconvenientes da nossa presença em tal "encontro informal" a A. do Direito definiu a resposta final para uma Assembleia Magna, tendo-se, no entanto, manifestado, desde logo, fundamentalmente, contra a ida a Lisboa por uma série de razões que a seguir se resumem:

1. A participação que sempre se <sup>exigiu</sup> não consiste em assistir a horas de conversas informais.
- 2.1. Só a A.M. pode decidir sobre uma questão que implica todo o corpo estudantil coimbrão.
- 2.2. Aceitar eleições por Faculdade seria renunciar à tradição unitária do movimento e cair no "operativismo de faculdades" que com o Dec. Lei 40.900 nos quiseram impor.
- 3.1. A nossa presença numa reunião, para a qual não há agenda e sobre a qual não se garante uma informação completa que, porventura, poderia ser aproveitada pelas forças anti-estudantis para proclamar, como efectiva, a "pacificação" e a colaboração de Coimbra exacta mente no momento em que os estudantes de Lisboa lutam contra a repressão.
- 3.2. Nada nos garante que o processo de eleição que nos é oferecido tenha sido seguido em relação a Lisboa e ao Porto.
- 4.1. Participar numa discussão deste género sem se permitir uma ampla e indispensável discussão de base é inverter a ordem lógica que um trabalho deste género deve seguir.
- 4.2. Incapazes de conhecer a verdadeira posição dos estudantes, os nossos representantes vor-se-iam colocados na difícil posição de se poderem intervir sobre questões muito genéricas (o que é inútil) ou arriscarem-se a falar problemas de fundo que não representam a opinião dos estudantes (o que é irresponsabilidade).
5. Vir buscar representantes às Faculdades, na medida em que, cada vez mais, se retira A.M. C. (que o atinam encerrada) a representatividade que tradicionalmente lhe atribuímos.
6. No diálogo que se quer iniciar primeiro os estudantes, com a questão prévia de 12 pontos de caderno reivindicativo, rotados em A.M. perante o H.R. Cabo, agora, ao H. L.N. para que, imediatamente, se nos a poidem, para, de facto, se criarem, em Coimbra, o diálogo "estudantes" e "trabalho" a que nós nos referimos.

Como ponto de partida para a discussão dos problemas que se analisam, os estudantes de Coimbra, através da delegação da capital, têm pedido, que sejam irrevocavelmente assumidas as seguintes condições para a efectivação de uma verdadeira reforma:

7. Foi perventura reintegrado no seu cargo o Doutor Graciano Ramos expulso pelo Conselho Escolar de Ciências depois de ter respondido ao inquérito sobre reforma do ensino?

Ainda na mesma A.G. foi focado o problema da reabertura da A.A.C., por todos conhecidos de como ponto a resolver com máxima urgência. Nesse sentido, e já na anterior reunião da Faculdade, tinha sido aprovada uma moção (como proposta e apresentar à A.N. de 17 de Fevereiro) onde se reclamava a constituição imediata de uma comissão instaladora. Cabe também, agora, à Junta o dever de se pronunciar sobre a demora que tal reivindicação tem sofrido. Compete-nos alertar os estudantes de Direito para o significativo facto de, estarmos a 4 dias das férias da Páscoa, ao pretelar uma decisão sobre o assunto, as autoridades governamentais jogam com o efeito anestésico da próxima época de exames. Aliás, o mesmo suceder de um relação ao problema dos militares: tempo passa, as discussões arrastam-se, e o cansaço e o desencanto vencem as pessoas e depois encontramos-nos perante uma situação que não defende os nossos interesses e diante de uma política a que a nossa própria aptidão dá força.

A quem caberá, amanhã, a mesma sorte?

De que meios, e que organizações recorreremos se a A.G. continuar encerrada? Que reformas poderemos obter, estemos possibilidades de nos prepararmos correctamente, para equacionar problemas e apresentar soluções que a todos satisfaçam?

A 19 de Fevereiro temos posse o novo Reitor, professor que sempre demonstrou estar ao lado dos estudantes. Tal nomeação provocou, entre largas camadas de estudantes, uma expectativa amigável e, mesmo, uma certa euforia.

Esperava-se muito do novo Reitor. Espera-se muito ainda. Claro que nem todos, dentro não tinham uma clara perspectiva da relação de forças que nos "altos esferas" inspira. Não era, cabalmente conhecida, entre os estudantes, as oposições que, ainda hoje, se levantam às nossas justas pretensões.

Com a demissão do Reitor, Vitor Reitor e Ministro livramos-nos de três inimigos, muitos ainda subsistem, e em altos postos. Mas não é contra mais dúzias de homens que nós nos insurgimos pois bem sabemos que é a situação que sobreviu (e sobreviu) a responsável pela desastrosa actuação dos seus agentes.

Mas, como é evidente o Poder joga na demissão dos seus agentes. Há que entender esta política, analisá-la cuidadosamente, denunciá-la sempre que possível e correcto, agir constantemente sem desfalecimento, sem temores que não nos prejudicam. Só uma acção enérgica e eficaz nos permitirá obter ganho da causa. É essa a razão porque hoje, terça-feira, há uma Assembleia Magna e que todos deverão comparecer pois será e não que, na última análise, incumbirá transformar um presente vazio e comprometido num futuro em que ninguém se envergonhe de cruzar a Porta Férrea.

Coimbra, 10 de Março de 1970

JUNTA GERAL DE BOLSADISTAS DE DIREITO